

Agentes privados propõem agenda positiva para atração de investimentos Grupo de investidores lista oito questões consideradas fundamentais para a garantia do aporte de capital de longo prazo no país

Oldon Machado, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Negócios

10/10/2005

Os investidores privados ligados à área de energia o país vão levar em breve a várias instâncias do governo e ao Congresso Nacional o que consideram ser a agenda positiva para o setor elétrico, com pleitos e reivindicações hoje tidas como preocupantes. O documento reunindo as principais questões, apontadas por eles como pré-requisitos para a expansão dos investimentos de longo prazo, foi apresentada a jornalistas nesta segunda-feira, dia 10 de outubro, em São Paulo, pela **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica** e pela Câmara Americana de Comércio - seção São Paulo, responsáveis pela elaboração da pauta final.

O texto partiu de uma mesa-redonda realizada no dia 11 de agosto com 17 representantes de grupos investidores. O objetivo, segundo o presidente da **CBIEE, Claudio Sales**, foi estimular a discussão sobre fatores que têm efeitos tanto inibidores quanto estimuladores para o aporte de recursos pelos grupos privados já instalados no país. "O relatório protege a percepção das empresas individualmente, mas representa o pensamento do grupo de forma agrupada", diz. O produto do encontro será agora levado aos mais importantes ministérios, como Minas e Energia, Meio Ambiente, Casa Civil, Fazenda e Planejamento, assim como à Câmara dos Deputados e ao Senado.

O documento reconhece que cenários como perspectivas de estabilidade econômica e de crescimento do mercado de energia elétrica, aliados às garantias de contratação e de licenças prévias para novos empreendimentos, são positivos para aportes de capital. Entretanto, lista oito pontos cujas aplicações são consideradas incertas, e que provocam de imediato a introdução de riscos sobre investimentos, além de imprevisibilidade do fluxo de receitas dos empreendimentos. "Para um investimento de longo prazo, como é o caso do setor elétrico, é o mínimo que se pode exigir", avalia Sales. Veja abaixo os oito pontos constantes da agenda mínima dos agentes:

1) Planejamento energético com racionalidade econômica - De acordo com os investidores, a intervenção do governo na área de energia elimina a sinalização adequada de preços. Um exemplo disso, aponta Sales, tem sido a atuação dos operadores - ligados ao governo - dos leilões de energia velha sobre o preço de venda do MWh, através de mecanismos como o preço de reserva. "Utilizar de instrumentos artificiais para baixar preço vai de encontro à racionalidade econômica", avalia. A agenda defende que a sinalização de preços no mercado reflita a "eminente escassez de energia nos leilões", sob pena de o parque gerador existente ser sucateado e o consumidor, onerado. Foi sugerido ainda que o planejamento considere a demanda do mercado livre potencial e existente;

2) Previsibilidade de receita - Na avaliação dos agentes privados, fatores que colocam em risco a sustentação financeira dos projetos encontram-se indefinidos, entre os quais o índice de remuneração dos contratos, o mecanismo para cobertura de riscos ambientais e os instrumentos que asseguram a manutenção dos componentes da receita dos empreendimentos (como indexador, preços e energia assegurada). "Um estudo recente mostra que existe um custo mensurável que identifica o peso do descasamento entre custos e receitas quando corrigidos por índices diferentes. Esse gap onera a tarifa, em lugar de reduzi-la", argumenta o presidente da **CBIEE**;

3) Disponibilidade de financiamento em condições adequadas - Na visão dos investidores, isto significa prazos mais longos para amortização dos financiamentos e alternativas mais flexíveis para as garantias dos empréstimos. Os representantes sugeriram a busca por fontes internacionais e a concessão de "empréstimos-ponte" por parte dos financiadores, como forma de mitigar o tempo de tramitação dos pedidos nos órgãos financeiros;

4) Desoneração tributária - Assunto alçado desde o ano passado à prioridade pelas empresas do setor, a carga de impostos e encargos na área de energia, considerada excessiva pelos grupos investidores, desestimula a atração de novos aportes. "O setor elétrico solicita atenção especial do governo e de parlamentares para a necessidade de se adequar a carga tributária incidente sobre o setor à capacidade de pagamento do mercado e à grande necessidade de investimento", diz um trecho do documento;

5) Tarifas adequadas à sustentabilidade de longo prazo do setor - A agenda promovida pelos agentes privados alerta que a deterioração da receita pode prejudicar o crédito das distribuidoras, o que eleva, também, a percepção de incerteza quanto à garantia de fluxo regular de receita para novos empreendimentos de geração. Nesse sentido, Sales observa que mecanismos segundo ele "artificiais", que impõem a redução "obrigatória" do preço da energia nos leilões de energia velha, acabam tendo um efeito positivo muito menor do que teria a redução de impostos e encargos setoriais, por exemplo;

6) Racionalidade no processo ambiental - Imprevistos de ordem ambiental que cercam a construção de projetos na área de energia, afirmam os investidores, acrescentam custos substanciais quando da análise da viabilidade econômico-financeira do projeto, comprometendo a negociação de financiamentos. A agenda proposta ao governo sugere como principais pontos de redução desse risco a incorporação de mecanismos mitigatórios nos contratos de energia nova da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (indicando o repasse de custos ambientais não-gerenciáveis aos preços), o alongamento do prazo de entrada em operação do empreendimento - sem penalidade - por conta da ineficiência do processo de licenciamento, e ainda a revisão dos procedimentos de aprovação e responsabilização dos responsáveis pelos projetos nas agências ambientais;

7) Racionalidade econômica na competição entre estatais e privados - Os investidores privados consideram nebulosos a função e o objetivo das estatais nos leilões, o que coloca obstáculos à isonomia competitiva e impõe distorção de preços e de quantidades nos futuros leilões;

8) Autonomia e fortalecimento das agências reguladoras - Diz a agenda que "para os investidores privados, é necessário que as agências cumpram o papel de regular o setor de forma justa e equilibrada, atendendo adequadamente aos interesses do Estado, dos consumidores e dos agentes". Propõem-se que o projeto de lei 3.337/04 - que muda funções das agências, em tramitação na Câmara - contenha dispositivos que sinalize menor interferência do poder Executivo nos órgãos de regulação, garantindo às agências maior autonomia e independência financeira.